

Presidente lamenta a ausência do PDS

O presidente José Sarney deu, ontem, o passo definitivo para garantir seu respaldo parlamentar, ao almoçar, no Palácio da Alvorada, com o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e 22 vice-líderes do partido. No encontro, tido pelo líder governista como "um esforço de aproximação entre Executivo e Legislativo", o presidente esteve à vontade para reconhecer suas falhas nos primeiros cem dias de governo e admitir que não vinha dando ao partido o tratamento merecido.

Ele lamentou a ausência do PDS na cerimônia de assinatura da mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Os argumentos do partido para justificar a ausência foram considerados por Sarney "apenas mal-entendidos". "Não se explica essa conduta. Afinal, trata-se de um projeto de todos, muito acima das questões partidárias" — desabafou o presidente, segundo um dos convivas.

Sarney endossou as críticas dos peemedebistas à maneira "apressada e inconsequente" como foram anunciadas as principais medidas em sua estréia na presidência. São elas, na sua concepção, a Reforma Agrária, a reformulação da Lei de Greve e a fixação dos novos reajustes das prestações do BNH, divulgadas sem a necessária avaliação de como seriam interpretadas pela sociedade.

Também o ministério da Nova República foi citado na autocrítica do presidente, quando ele se comprometeu a interceder para facilitar o entrosamento dos parlamentares com os titulares de todas as pastas. A questão posta a este respeito, pelo líder Pimenta da Veiga, foi a de que o atual relacionamento entre congressistas e ministros "deixa a desejar". Sarney juntou-se à unanimidade de seus convidados quando endossou a necessidade de trazer a público dados detalhados do caos administrativo e financeiro deixado pelo governo anterior. Ainda esta semana, ele voltará a cobrar de seus ministros a análise de como encontraram a Pasta. Colhidas todas as informações, serão divulgadas em âmbito nacional: resta decidir se através de pronunciamentos no Congresso Nacional ou pelo próprio presidente, por cadeia de rádio e televisão.

Na "mea-culpa" perante o PMDB, Sarney foi "comovente", de acordo com um parlamentar, ao admitir que não vinha dando ao partido a merecida atenção. Daqui para

a frente, ele prometeu maior entendimento por se tratar do maior partido da Aliança Democrática. "E neste partido que eu me respaldo. E justo, portanto, fazer por onde ele tenha todo o respaldo popular", justificou o presidente.

Da parte dos convidados prevaleceu igualmente a autocrítica, com o reconhecimento de que ainda não se sentiam na "pele" de um partido do governo. Segundo Airtton Soares (SP) a bancada garantiu suporte a todas as reformas pretendidas pelo presidente. Valmor Giavarina (PR) pediu ao presidente que agilize as nomeações no terceiro escalão e se queixou do "excesso de representantes da Velha República" em cargos importantes. Na abordagem da situação econômica, os parlamentares apoiaram as medidas divulgadas ontem, antecipadas no almoço, comprometendo-se a defendê-las de "mal-entendidos".

O deputado Israel Dias Novaes (SP) pediu providências contra o "excesso de lobby nas nomeações da Indústria de Material Bélico (Imbel). A pedido do presidente, ele encaminhará ao Palácio do Planalto, na próxima semana, um dossiê relatando "abusos" na nomeação de Jorge Bittar, na direção da empresa.

"O presidente saiu do almoço sabendo que tem nosso apoio, mas também terá nossa crítica se hesitar nas mudanças prometidas" — disse Airtton Soares, sintetizando o que foi o encontro.

As 14h30, quando deixava o Palácio da Alvorada, após o almoço com o colégio de vice-líderes do PMDB, o presidente Sarney foi surpreendido pelo assédio de cem crianças, com idades entre 8 e 10 anos. Aos gritos de pára, Sarney, elas pararam o comboio do presidente, não se inibiram em dar dezenas de papel em branco para Sarney autografar. Rindo muito, ao lado de seu secretário de Imprensa, Fernando César Mesquita, o presidente conseguiu rubricar cerca de 20 papéis, antes que seus seguranças conseguissem desobstruir o caminho. Para as crianças, alunas do terceiro ano do Colégio Dom Bosco, o episódio foi uma feliz coincidência. Elas estavam ali, transportadas em dois ônibus, sob a supervisão da professora Adélia Delgado, conhecendo-se de longe — a arquitetura do palácio para compará-la com a do Catetinho, primeira residência presidencial de Brasília. A missão estava incluída numa prova de Estudos Sociais.



J. França

Uma questão de estilo

Em grande estilo, o presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, subiu ontem a rampa do Palácio do Planalto para prestigiar o ato de assinatura do projeto do Executivo, convocando a Assembleia Nacional Constituinte. Durante os 21 anos de regime autoritário, Ulysses carregou — à frente do batalhão opositor — a bandeira reivindicatória de uma nova Carta Constitucional, elaborada por uma Assembleia livre e soberana. Também em grande estilo, o presidente do PMDB participou, dias atrás, das discussões com o presidente Sarney, em busca do aprimoramento e do consenso em torno da men-

sagem convocatória. Ulysses teria sugerido, entre outras mudanças, a transferência da data de instalação da Constituinte de 1º de fevereiro para 31 de janeiro, sob o argumento de que a coincidência do dia de instalação da Constituinte com o início dos trabalhos ordinários do Congresso tumultuaria a eleição das Mesas nas duas Casas.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, pelo presidente José Sarney, é uma vitória da democracia. É uma vitória de todos que lutaram pelo restabelecimento das instituições democráticas no Brasil. É uma vitória de Ulysses Guimarães.

História da Constituinte

O Brasil já teve oito Constituições, e duas delas (as de 34 e 46) são apontadas com as mais democráticas. Agora, quando o presidente José Sarney convoca a Nação para a Assembleia Nacional Constituinte, publicamos um ligeiro resumo das constituições brasileiras.

1824

Depois de meio ano de trabalhos legislativos, a 12 de novembro, o imperador dom Pedro I dissolve a Constituinte e promulga a Constituição Imperial, que dá ao imperador poderes absolutos: os deputados são presos, tudo fazendo crer que tal dissolução deu-se por interesse de Portugal: a Constituinte propunha-se a impedir a remessa de capitais. A Constituição de 1824, outorgada por dom Pedro I, concede ao imperador uma posição cômoda: não está sujeito a qualquer responsabilidade.

1891

A primeira Constituição republicana teve pouca participação popular e foi inspirada na dos Estados Unidos. Estabelece a República Federativa, sob regime presidencialista. Há a união perpétua e indissolúvel dos Estados. O presidente será eleito por voto direto, com exceção do primeiro, escolhido pela Constituinte. Os poderes do chefe de Estado são limitados e o presidente pode ser processado diante do Supremo Tribunal Federal.

1934

A Carta de 1934 surge com um tom nacionalista, mas com tímida participação popular. Um conjunto de mudanças em seu bojo traduz uma época de mudanças sociais e econômicas, prevê o monopólio de certas indústrias, abre espaço à nacionalização progressiva de bancos e de empresas de seguro, institui o salário mínimo e determina a jornada de trabalho de oito horas. O trabalhador tem direito a férias anuais remuneradas e à indenização por dispensa sem justa causa.

1937

De inspiração fascista, a Constituição de 1937 dissolve os partidos políticos e destrói a autonomia dos poderes. Para outorgá-la, Getúlio Vargas cancela as eleições. O presidente pode intervir nos Estados e nomear interven-

tores. O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento, com a colaboração do Conselho de Economia e do presidente. O presidente deve ser escolhido através de um Colégio Eleitoral.

1946

Surge em 1946 uma constituinte com relativa participação popular. E o fim da ditadura Vargas. A lei máxima estabelece a independência dos poderes, instaura a autonomia dos Estados e os direitos individuais. É restabelecido o direito de greve, surgiu o direito de estabilidade no emprego após dez anos de serviço e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, além de outros direitos trabalhistas.

1967

A Carta de 67 institui o que já vinha sendo mantido desde o golpe de 64: eleição indireta para presidente, restrição à autonomia dos Estados, o chefe da Nação pode expedir decretos-leis, para vigência imediata, e os pedidos de licença para que os parlamentares fossem processados admitiam a aprovação por decurso de prazo. Os Estados sofrem restrições tais que são cassados vários direitos de tributação, em particular o que se refere a impostos de exportação.

1969

Com o impedimento do presidente Costa e Silva uma junta militar assume o poder e outorga a emenda constitucional que mantém o AI-5, com poderes para suspender a própria Constituição. Não existe mais a inviolabilidade dos mandatos parlamentares nos casos de ofensa à Lei de Segurança Nacional. As eleições diretas para governadores, previstas para o ano seguinte, é suspensa. Os parlamentares têm seus discursos censurados.

1979

A reforma constitucional de 1979 revoga o AI-5 mas estabelece que o presidente da República pode determinar medidas de emergência e decretar o estado de sítio e o estado de emergência. O general Ernesto Geisel, ao promover a reforma, estabeleceu que o estado de sítio, em que são suspensos direitos individuais, deve ser submetido à aprovação do Congresso em 5 dias.

Constituintes se encontram

Os constituintes de 1946 fizeram uma festa à parte na solenidade de assinatura da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, no Palácio do Planalto. Em grupinhos, os antigos constituintes lembravam os velhos tempos e chegaram mesmo a dizer que a Assembleia convocada para janeiro de 1987 deve seguir os mesmos princípios de 46, "pois se aquela Constituição estivesse em vigor, realmente, ainda estaria atualizada".

No entanto, os poucos constituintes de 1946 que compareceram ao encontro não puderam rever velhos companheiros, como Luis Carlos Prestes e Jorge Armando. A grande surpresa ficou por conta do comparecimento do senador Luis Vianna (PDS), pois a executiva do partido, em reunião na quinta-feira de manhã, optou pelo não-comparecimento oficial, pois garantia que o governo pretendia fazer da convocação uma festa política.

O parlamentar mais antigo da Câmara e constituinte de 1933 e 1946, Manoel Novaes (PDS), não abre mão de que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte seja um representante de Minas Gerais, não só como uma homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves — "que foi o grande artífice da Constituinte de 1987" —, mas por tradição.

De acordo com ele, outros presidentes constituintes eram mineiros: em 1933, com Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e em 1946 um eminente senador. No entanto, ao contrário da opinião

geral, Manoel Novaes não acha indispensável que a Constituinte de 1987 siga os moldes da de 46. "Temos, primeiro, lembrou o parlamentar, que esperar a conclusão do projeto que será apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, a fim de que seja apreciado. Acho, no entanto, que a Assembleia Nacional deve funcionar livremente, com toda a liberdade para decidir quais os melhores caminhos que devem ser seguidos".

Sobre a interferência econômica na Assembleia Nacional, Manoel Novaes garantiu que o povo brasileiro se encarregará de evitar que o poder econômico instale-se na Constituinte, a prejuízo dos mais sinceros desejos nacionais. "A Constituinte será composta (porque assim deve ser) por homens de grande experiência. Devem ser tomadas medidas para evitar que o poder econômico instale-se na Constituinte".

Manoel Novaes também não vê qualquer problema da Assembleia Nacional funcionar em conjunto com o Congresso. "Foi assim em 1946 e fizemos um bom trabalho".

O PC do B também esteve presente na figura de José Carlos Amazonas. O presidente do partido espera que, como em 1946, o PC tenha representatividade na Constituinte e que ela não seja tutelada pelo poder econômico. Já Epilogo de Campos, constituinte de 1947 e de 1967, acha que alguns tópicos de 46 terão que ser atualizados, mas o princípio daquele Constituinte deve permanecer inalterado.